

e coordenação da actividade dos serviços administrativos, e superintendência no seu funcionamento, assistindo técnica e juridicamente os órgãos da Escola, e os docentes em geral;

b) Responsável pela coordenação geral dos serviços administrativos da Escola de Direito da Universidade do Minho entre 2001 e 2004:

Técnica superior de 1.ª classe da carreira técnica superior, de nomeação definitiva, do quadro da Universidade do Minho, desde Novembro de 2004;

Técnica superior de 2.ª classe da carreira técnica superior, de nomeação definitiva, do quadro da Universidade do Minho entre Janeiro de 2002 e Novembro de 2004;

Estagiária da carreira técnica superior entre Janeiro de 2001 e Janeiro de 2002;

c) Advogada estagiária entre Setembro de 1999 e Dezembro de 2000, sob a orientação do Dr. José Vilaça da Fonseca.

V — Outros elementos:

a) Membro do Senado Universitário da Universidade do Minho em representação dos funcionários não docentes entre 2004 e 2006;

b) Secretária da comissão de auto-avaliação da licenciatura em Direito da Universidade do Minho no ano lectivo 2003-2004 — voto de louvor, expresso pelo conselho da Escola de Direito, como reconhecimento pelo excelente trabalho desenvolvido;

c) Representante do pessoal docente no conselho da Escola de Direito da Universidade do Minho entre 2001 e 2007.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 19 977/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Setembro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Parimal Mondal, natural de Tongibari, República Popular de Bangladesh, de nacionalidade bengali, nascido em 8 de Abril de 1970, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

4 de Outubro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 19 978/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 3 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Teresa Varghese Payyappilly, natural de Kerala, República da Índia, de nacionalidade indiana, nascida em 18 de Dezembro de 1964, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

4 de Outubro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 23 835/2007

Por meu despacho de 2 de Outubro de 2007, Fernanda Maria dos Santos, técnica superior de 2.ª classe, escalão 1, índice 400, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, foi nomeada, com efeitos a 18 de Julho de 2007, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril, e de acordo com a orientação técnica da DGAEP n.º 05/DGAP/2003, para a categoria de técnico superior de 1.ª classe, do mesmo quadro de pessoal, ficando posicionada no escalão 1, índice 460. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Outubro de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

Centro de Estudos Judiciários

Despacho (extracto) n.º 23 836/2007

Por despacho da directora do Centro de Estudos Judiciários de 11 de Setembro de 2007, no exercício de competência delegada, foi o licenciado José Manuel Ribeiro de Almeida nomeado para exercer, em regime de acumulação e a tempo parcial, as funções de docente no Centro de Estudos Judiciários, nos termos dos artigos 81.º, n.ºs 2 e 3, e 83.º, n.º 1, da Lei n.º 16/98, de 8 de Abril, no período de 27 de Fevereiro a 12 de Março de 2008, na sequência da autorização concedida por despacho de 2 de Agosto de 2007 do inspector-geral da Administração Interna.

25 de Setembro de 2007. — O Director-Adjunto, *António Carlos Duarte Fonseca*.

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Despacho (extracto) n.º 23 837/2007

Em cumprimento do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 125/2007, de 27 de Abril, designo o subdirector-geral, licenciado João Manuel Couto Guimans, como meu substituto legal durante os dias 13 e 14 de Setembro de 2007.

10 de Setembro de 2007. — O Director-Geral, *Rui Sá Gomes*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

Despacho n.º 23 838/2007

Na sequência da nomeação para o cargo de director de serviços do Litoral do engenheiro José Carlos Pimenta Machado da Silva, nomeio, em regime de substituição, ao abrigo do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, para o cargo de chefe de divisão de Licenciamento, o engenheiro António Sérgio Cordeiro Fortuna, técnico superior do quadro da ex-DRARN, com feitos a 24 de Setembro de 2007.

21 de Setembro de 2007. — O Presidente, *Carlos Lage*.

Despacho n.º 23 839/2007

Na sequência da nomeação para vice-presidente da comissão instaladora da ARH do Norte, I. P., da Dr.ª Maria do Rosário Freitas Pinhal Norton, nomeio, em regime de substituição, ao abrigo do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, para o cargo de director de serviços do Litoral o engenheiro José Carlos Pimenta Machado da Silva, técnico superior do quadro da ex-DRARN, com feitos a 24 de Setembro de 2007.

21 de Setembro de 2007. — O Presidente, *Carlos Lage*.

Despacho n.º 23 840/2007

Ao abrigo do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em regime de substituição, para o cargo de chefe de divisão da Unidade para a Cooperação Estratégica o Dr. Nuno Augusto de Castro Azevedo Soares de Almeida, técnico superior de 1.ª classe do quadro da ex-CCRN, com efeitos a 1 de Outubro de 2007.

21 de Setembro de 2007. — O Presidente, *Carlos Lage*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

Despacho n.º 23 841/2007

Nos termos do disposto no n.º 3 do Decreto-Lei n.º 237/2005, de 30 de Dezembro, os funcionários dos serviços e organismos referenciados pelo artigo 46.º que comprovadamente desempenhem